

Nota de posicionamento da ACT sobre Vigitel 2020 e 2021

Dados científicos são essenciais para o desenho e implementação de políticas públicas, especialmente na saúde. Por isso, a ACT Promoção da Saúde vem a público manifestar preocupação diante da não publicação, até o momento, da pesquisa “Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico”, o Vigitel 2020, pelo Ministério da Saúde. De acordo com reportagem do portal “Joio e o Trigo” o levantamento de dados foi concluído em abril do ano passado, mas até agora a pesquisa não foi publicada, o que costuma acontecer no mês de maio. Outra grande preocupação diz respeito à coleta de dados para o Vigitel 2021, que ainda não foi iniciada, colocando em risco o lançamento da pesquisa no ano que vem.

O Vigitel é publicado anualmente desde 2006, dada a relevância que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) representam para o perfil epidemiológico nacional. A pesquisa tabula informações importantes a respeito dos fatores de risco das DCNTs como tabagismo, consumo de alimentos não saudáveis e bebidas alcoólicas, e inatividade física. A pesquisa é imprescindível para monitorar a frequência, a distribuição e a evolução desses e outros indicadores na população com mais de 18 anos, do conjunto das capitais brasileiras, visando nortear a condução e a implementação das políticas públicas de saúde no país.

Os dados também permitem acompanhar, bem como avaliar, se o Brasil atingiu metas como as contidas no [Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNTs](#), no [Plano de Ação Global para a Prevenção e Controle das DCNT](#) da Organização Mundial da Saúde (OMS), e as na [Agenda 2030](#), por exemplo.

Na avaliação do controle do tabagismo, o Vigitel permitiu perceber que as políticas implementadas contribuíram significativamente para a redução da prevalência dos fumantes até 2014. Nos quatro anos seguintes, observou-se uma estagnação e, já em 2019, os dados alertaram para um aumento de 0,5 ponto no indicador. Indiretamente, a pesquisa também permite que o Instituto Nacional do Câncer (Inca) estime o tamanho do mercado ilegal de cigarros, com dados mais independentes daqueles trazidos pela indústria do tabaco.

O Vigitel também permite acompanhar o estado nutricional da população brasileira anualmente, o que possibilitou observar, por exemplo, o aumento expressivo nos indicadores de excesso de peso e obesidade de adultos brasileiros. Os indicadores de alimentação permitiram acompanhar a evolução de alguns alimentos marcadores de alimentação saudável (como feijão, frutas e hortaliças) e não saudáveis (como refrigerantes e sucos artificiais). E em [2019](#), a publicação possibilitou o monitoramento do consumo regular de alguns alimentos segundo seu grau de processamento, como preconizado pelo [Guia Alimentar para a População Brasileira](#), do Ministério da Saúde - que recomenda que os alimentos in natura e processados sejam base da alimentação, e que sejam evitados os alimentos ultraprocessados, cujo consumo está

relacionado às DCNTs.

Vale destacar que o Vigitel já garantiu ao Brasil reconhecimento internacional: em 2014 o país recebeu o "Prêmio Bloomberg para o Controle Global do Tabaco", da Bloomberg Philanthropies, por dispor de um sistema de vigilância que permite o monitoramento constante de indicadores relativos ao tabagismo e por implantar políticas públicas de controle do tabaco; e em 2019, foi premiado pela Organização Mundial de Saúde por implementar no mais alto nível as medidas MPOWER de controle do tabaco, o que inclui monitoramento dos indicadores de tabagismo.

A não publicação do Vigitel 2020, bem como a imprevisibilidade sobre a realização da pesquisa em 2021, representa não apenas um entrave à consistência do monitoramento e à aplicação das políticas públicas, mas também uma grave ameaça e retrocesso à transparência, pilar da democracia. No sentido de pedir transparência de dados relativos à área de saúde, a ACT integra a [campanha Caixa Aberta](#), formada por mais de 60 organizações da sociedade civil que vêm pedindo mais informações ao Ministério da Saúde relativas à vacinação e à epidemia de Covid-19.

Acesso à informação é um direito de todas e todos e base para a construção de políticas públicas, como aquelas que podem impactar positivamente a saúde da população.

Dia 27 de maio de 2021
ACT Promoção da Saúde
www.actbr.org.br